

## CONCLUSÃO

**N**este livro, focalizei o desenvolvimento dos países de renda média no cenário da globalização comercial e financeira. A primeira é vista como uma oportunidade; a segunda, como um perigo ou uma maldição. A globalização comercial é uma oportunidade porque os países de renda média dispõem de algumas vantagens na competição internacional, principalmente mão de obra barata; a globalização financeira é uma maldição porque o país que se envolve nela perde o controle de sua taxa de câmbio, a taxa se torna sobrevalorizada, o endividamento externo cresce, a poupança externa substitui a poupança interna e o país fica sujeito a crises do balanço de pagamentos. Meu objetivo foi desenvolver um arcabouço teórico capaz de explicar por que alguns países emergentes conseguem *catch up* [alcançar os desenvolvidos], enquanto outros não o conseguem.

Por trás da análise que desenvolvi neste livro, está a divisão do mundo atual em quatro tipos de países: os países ricos, os países de renda média de crescimento rápido existentes principalmente na Ásia, os países de renda média de crescimento lento, principalmente na América Latina, e os países pobres. Os países de renda média são aqueles que já completaram sua revolução

capitalista e dispõem de um Estado moderno, um mercado capaz de alocar recursos e classes sociais empresariais e profissionais laboriosas. Considerando que eles dispõem de mão de obra barata e são capazes de copiar ou comprar tecnologia, a teoria econômica prevê que conseguirão alcançar os países desenvolvidos. No entanto, depois da grande crise da dívida externa enfrentada por esses países na década de 1980, eles se tornaram vulneráveis às pressões e recomendações vindas do Norte. Isso foi particularmente verdade em relação aos três maiores países latino-americanos: Brasil, México e Argentina. Sua vulnerabilidade se originava não apenas da dívida externa, mas também do fato de que sua estratégia bem-sucedida de crescimento, baseada na substituição das importações e na intervenção do Estado, estava ultrapassada. Enquanto isso, o Norte, sob a liderança dos Estados Unidos, readquiriu força a partir da nova fragilidade dos países de renda média, e também de dois fatos positivos: o colapso da União Soviética e a predominância do neoliberalismo – a ideologia identificada com as elites norte-americanas e sua hegemonia. Essa ideologia fundamentalista de mercado visava, internamente, ao Estado mínimo e ao enfraquecimento dos sindicatos e das burocracias estatais. Em relação aos países de renda média, essa pseudo-ortodoxia baseada em altas taxas de juros e moedas sobrevalorizadas é a maneira prática que os países ricos descobriram de neutralizar seus concorrentes que têm mão de obra barata. A isso, somou-se o globalismo – a afirmação<sup>4</sup> de que os Estados-nação haviam perdido autonomia e importância – donde se concluiu que o único caminho aberto para os países em desenvolvimento era o engajamento na reforma institucional e a adoção das recomendações de política macroeconômica dos globalistas. Mas alguns países de renda média conseguiram resistir aos novos tempos e às novas verdades. China, Índia e Taiwan resistiram totalmente a eles. Outros, como Coreia, Indonésia, Malásia e Tailândia, submetem-se ao Norte durante algum tempo e sofreram uma crise financeira em 1997, mas aprenderam as lições relevantes e voltaram para o novo-desenvolvimentismo e para o crescimento.

Os países que adotam o novo-desenvolvimentismo se desenvolvem com poupança interna e sua política macroeconômica se baseia em um simples tripé: política fiscal rígida, taxas de juros moderadas e taxas de câmbio competitivas. Neste livro, após discutir a globalização, as estratégias nacionais de desenvolvimento e o *catch up*, concentrei-me na hipótese da tendência à sobre-

valorização da taxa de câmbio. Enfatizei dois pontos: os países devem rejeitar a política de crescimento com poupança externa e precisam neutralizar a doença holandesa para terem uma taxa de câmbio competitiva – uma condição para as exportações industriais e para uma estratégia de crescimento baseada na exportação. Parece natural que os países ricos em capital devam transferir seu capital para os países pobres em capital, mas espero ter demonstrado que isso não acontece. Todos os países que se desenvolveram dependeram essencialmente da poupança interna. Quando um país recorre à poupança externa, isto é, a déficits em conta corrente financiados pela tomada de empréstimos ou pelo investimento externo direto, ele se torna sujeito à fragilidade financeira e à crise do balanço de pagamentos. Enquanto a crise não se materializar, o país em desenvolvimento experimentará alta taxa de substituição da poupança interna pela poupança externa ou, em outras palavras, aumento do consumo e não do investimento. Isso só não acontece em situações especiais, quando a propensão marginal a consumir cai porque o país já está crescendo muito rapidamente. O fato de que países como a China recebam investimentos diretos substanciais não deve ser confundido com poupança externa. Tendo em vista seu persistente superávit em conta corrente, a China cresce com poupança interna. Os investimentos diretos levam tecnologia para a China e abrem novos mercados, mas os ingressos de capital correspondentes são mais do que compensados por investimentos e empréstimos da China no exterior.

A neutralização da doença holandesa pelos países em desenvolvimento tem muitas consequências domésticas e internacionais. Essa doença consiste no fato de que as rendas ricardianas que beneficiam o país o levam a ter duas taxas de câmbio de equilíbrio, em que a de equilíbrio industrial (que torna viáveis indústrias que utilizam tecnologia de ponta) é mais apreciada do que a taxa de câmbio de equilíbrio corrente (que equilibra intertemporalmente a conta corrente). A forma básica de neutralizar a doença para colher os benefícios dos rendimentos sem incorrer em seus efeitos negativos é criar um imposto sobre as exportações, de modo a deslocar para cima a curva de oferta do bem, até o ponto em que ambos os equilíbrios coincidam. Essa política é simples de explicar mas difícil de implementar, uma vez que aumentará temporariamente a inflação e reduzirá os salários reais. Por outro lado, na medida em que os países sejam capazes de neutralizar a doença holandesa, a depreciação da taxa de câmbio que já equilibrou a conta corrente significará necessariamente su-

perávits substanciais da conta corrente. Isso já está acontecendo com os países exportadores de petróleo, que estão experimentando grandes superávits em conta corrente e estabelecendo fundos soberanos de riqueza. A contrapartida é o déficit em conta corrente dos Estados Unidos. Mas na medida em que esse processo ganha impulso, e mais países em desenvolvimento neutralizam mais completamente suas respectivas doenças holandesas, todos os países que não apresentam essa doença sofrerão déficits em conta corrente. Os países ricos continuarão a crescer, mas suas contas externas serão equilibradas através da transferência de ativos substanciais para os países em desenvolvimento.

Dividi o argumento deste livro em duas partes. Na primeira parte, desenvolvi seis proposições de economia política: (1) o capitalismo global se caracteriza por uma forte competição econômica não apenas entre empresas, mas também entre países ou Estados-nação; (2) essa competição tornou os países ou Estados-nação mais interdependentes e relativamente menos autônomos, mas também tornou seus governos mais estratégicos, uma vez que a interdependência derivou do aumento da competição econômica; (3) os países que são bem-sucedidos na competição global são aqueles que fortalecem suas nações e adotam uma estratégia nacional de desenvolvimento; (4) após a Segunda Guerra Mundial, muitos países em desenvolvimento adotaram uma estratégia *nacional-desenvolvimentista* baseada na combinação de intervenção do Estado e empreendedorismo privado, que conseguiu promover suas revoluções industrial e capitalista e, assim, transformá-los em países de renda média; (5) na década de 1980, uma grande crise da dívida externa e a exaustão da estratégia nacional conduzida pelo Estado, aliadas à hegemonia da ideologia neoliberal em nível mundial, levaram a maioria dos países de renda média (exceto alguns países asiáticos) a adotar a *ortodoxia convencional* ou o Consenso de Washington, o que causou crises do balanço de pagamentos e aumentou a desigualdade, em vez de aumentar o crescimento; (6) após as crises financeiras da década de 1990, e tendo em vista as estratégias econômicas bem-sucedidas de vários países asiáticos, uma nova estratégia nacional está surgindo – o *novo-desenvolvimentismo* –, que comparo com o antigo nacional-desenvolvimentismo e com a ortodoxia convencional.

Na segunda parte, apresentei sete proposições da macroeconomia do desenvolvimento que fazem parte da abordagem neodesenvolvimentista; elas se referem às relações econômicas externas do país de renda média e estão cen-

tradas na taxa de câmbio. Essa escolha não significa que o aspecto interno e outros preços macroeconômicos (as taxas de juros, de inflação, de lucro e de salários) não sejam importantes, mas que, tendo em vista limitações de espaço, escolhi o preço mais estratégico e sobre o qual eu poderia talvez trazer uma contribuição original. As proposições são: (1) o novo-desenvolvimentismo é uma estratégia da macroeconomia do desenvolvimento que, embora reconhecendo obstáculos ao desenvolvimento do lado da oferta, assume que os maiores obstáculos estão do lado da demanda; (2) no nível doméstico, o maior obstáculo é a tendência dos salários de crescerem menos do que a produtividade, em razão da oferta ilimitada de mão de obra, enquanto, no nível externo, o principal obstáculo é a tendência da taxa de câmbio à sobrevalorização; (3) uma taxa de câmbio competitiva é aqui entendida como a taxa que torna viáveis economicamente os setores de bens comercializáveis que usam tecnologia mundial de ponta – a taxa de câmbio de *equilíbrio industrial*, que difere da taxa de câmbio de *equilíbrio corrente* nos países que enfrentam a doença holandesa; (4) as duas causas estruturais subjacentes à tendência da taxa de câmbio à sobrevalorização (a doença holandesa e as maiores taxas de lucro e de juros que atraem o capital estrangeiro) são amplificadas por políticas econômicas frequentes e equivocadas, a saber, política de crescimento com poupança externa (déficits em conta corrente), aprofundamento de capital, âncoras cambiais, lidando com a hipótese dos “dois hiatos” e a prática do “populismo cambial”; para alcançar os países desenvolvidos [*catch up*], o país em desenvolvimento deve neutralizar essa tendência; (5) a doença holandesa é uma importante falha de mercado que torna a taxa de câmbio de equilíbrio corrente mais apreciada do que a taxa de câmbio de equilíbrio industrial (que torna viáveis setores de bens comercializáveis que usam tecnologia de ponta); é um obstáculo fundamental à diversificação e ao desenvolvimento econômico, exceto em sua fase inicial; (6) ao contrário da crença generalizada, a política de crescimento com poupança externa, somada à abertura financeira, não promove o crescimento, mas, no limite, provoca crises financeiras e, inevitavelmente, um aumento artificial dos salários e do consumo ou, em outras palavras, uma elevada taxa de substituição da poupança interna pela poupança externa; e (7) as crises financeiras nos países em desenvolvimento são, em geral, crises do balanço de pagamentos derivadas de uma suspensão da rolagem da dívida externa pelos credores externos; diferentemente da suposição do

pensamento econômico convencional, as crises financeiras da década de 1990 e do início dos anos 2000 não foram consequência de déficits fiscais, mas da política de crescimento com poupança externa, que era um ingrediente essencial do Consenso de Washington.

Essas 13 proposições implicam trazer de volta o Estado. Na época do capitalismo industrial e da teoria econômica do desenvolvimento, por volta dos anos 1950, o desafio que os países em desenvolvimento enfrentavam era a industrialização, e, para tanto, o Estado deveria criar poupança forçada. No capitalismo global, no início do século XXI, os países emergentes já sofreram suas revoluções capitalistas, já estão industrializados e dispõem de grandes classes médias e capitalistas, trabalhadoras e profissionais, além de um mercado interno substancial. Eles têm vantagem para realizar o *catch-up* – mão de obra barata –, mas enfrentam problemas estruturais de demanda efetiva, na medida em que, como os salários não crescem com a produtividade e há uma tendência da taxa de câmbio à sobrevalorização, as empresas carecem de oportunidades de investimento. Contrariamente às alegações de seus críticos, a globalização manifestamente oferece a esses países grande oportunidade para alcançar os países desenvolvidos, pois cria grandes possibilidades de exportação e investimento. Mas ao contrário dos ideólogos neoliberais (a quem chamo “globalistas”), que argumentam que na globalização os Estados-nação perderam importância política, muitos países de renda média aproveitaram essa oportunidade, na medida em que rejeitaram a ortodoxia convencional ou o Consenso de Washington. Ao fazer isso, conseguiram definir uma estratégia nacional de desenvolvimento; rejeitaram a globalização financeira ou a abertura financeira; e neutralizaram a tendência da taxa de câmbio à sobrevalorização. Se, além disso, também trabalharam para neutralizar a tendência dos salários a crescerem mais lentamente do que a produtividade, foram capazes de desenvolver grandes mercados internos, combinando, assim, uma estratégia voltada para a exportação com uma estratégia orientada internamente. Chamei essa estratégia de “novo-desenvolvimentismo”, diferenciando-a do antigo desenvolvimentismo e da ortodoxia convencional. Para definir suas características principais, não usei o método hipotético-dedutivo adotado pela teoria econômica convencional, mas analisei a experiência dos países asiáticos de crescimento rápido que deslocaram o centro de gravidade da economia mundial para o Leste.

Em outubro de 2008, a crise financeira que eclodira um ano antes nos Estados Unidos se aprofundou, tornou-se global e se transformou na pior crise econômica enfrentada pelo capitalismo desde a depressão dos anos 1930. Entre os países de renda média, os mais penalizados foram aqueles que não haviam aprendido as lições da década de 1990 e incorreram em elevados déficits em conta corrente, ou seja, insistiram em adotar a política de crescimento com poupança externa. Os países do Leste Europeu caem predominantemente nessa categoria. Contraditoriamente, a consequência imediata da crise nos países em desenvolvimento foi uma acentuada desvalorização de suas moedas em relação ao dólar. A depreciação foi mais aguda no Brasil e no México, entre outros países que haviam permitido que suas taxas de câmbio se tornassem fortemente sobrevalorizadas nos anos anteriores.

Mas as crises financeiras da década de 1990 haviam tornado a maior parte dos países em desenvolvimento de renda média mais prudentes em termos financeiros do que os países ricos. Assim, as consequências da crise financeira global não serão tão graves como nos países ricos e, em particular, nos Estados Unidos e no Reino Unido – países em que a ideologia neoliberal predominou e a desregulação dos mercados financeiros foi acentuada. Esses países não adotaram as equivocadas políticas macroeconômicas que recomendam aos países em desenvolvimento (e que discutimos neste livro), mas sim as políticas microeconômicas: desregulamentação do mercado. O resultado é que, quando a crise eclodiu, suas instituições se mostraram mais fracas do que as existentes em muitos países de renda média. A regulação do mercado brasileiro de ações pela Comissão de Valores Imobiliários, por exemplo, mostrou-se consideravelmente mais eficaz do que a regulação do mercado de ações norte-americano pela US Securities and Exchange Commission. O governo dos Estados Unidos foi entusiástico em recomendar e impor reformas institucionais a outros países, mas suas instituições de controle dos mercados acabaram se mostrando fracas. Atualmente, está claro que os países em desenvolvimento também sofrerão com a crise. A tese do “desacoplamento” (*decoupling*), que foi popular nos mercados financeiros antes de outubro de 2008, perdeu toda a credibilidade, na medida em que os países em desenvolvimento viram, primeiro, suas taxas de câmbio se desvalorizarem fortemente, os preços das commodities caírem, as bolhas de seus mercados locais de ações eclodirem e os primeiros sinais de can-

celamento de planos de investimento e de efetiva redução do consumo se tornarem evidentes.

Os desafios com que se defrontam os países de renda média são grandes. Apesar da grande crise que estão enfrentando, os países ricos continuarão a exercer uma hegemonia ideológica que neutraliza a capacidade competitiva de muitos países de renda média. Mas acredito que o exemplo dos países que conseguem alcançar os desenvolvidos levará um número cada vez maior deles a adotarem estratégias nacionais de desenvolvimento. Isso, no entanto, não representará perda para os países ricos. O jogo entre os países concorrentes será substancialmente um jogo de soma positiva, e não de soma zero. Os países em desenvolvimento conseguirão alcançar os desenvolvidos, mas os países ricos continuarão a crescer e provavelmente com mais rapidez do que hoje em dia. O enorme crescimento da China desde a década de 1970 reduziu o peso relativo da economia norte-americana no mundo, mas, se o crescimento anual da China tivesse sido de 2%, em vez de 10%, os Estados Unidos provavelmente seriam hoje menos prósperos do que são – sua taxa de crescimento teria sido menor do que efetivamente foi nesse período.

Será que os países latino-americanos de renda média aderirão ao novo-desenvolvimentismo ou estarão condenados a um desenvolvimento dependente e insuficiente? Não há uma resposta simples a essa questão, mas uma coisa é clara: as condições que criaram a hegemonia ideológica norte-americana na década de 1990 não existem mais. O desastre representado pela Guerra do Iraque foi um dos fatores que levaram a esse resultado; o outro foi a grande crise econômica global de 2008; mas a causa fundamental é o fracasso das reformas institucionais neoliberais e das correspondentes políticas macroeconômicas em promover o crescimento. Quanto mais um país se rendeu à ortodoxia convencional, menos cresceu. Países como a Argentina e a Rússia, que se renderam totalmente, sofreram grandes crises. Posteriormente, adotaram estratégias nacionais e retomaram o crescimento. Por outro lado, os países que permaneceram ligados aos Conselhos oriundos de Washington, como o Brasil e o México, crescem lentamente. O México é um caso-limite; nação orgulhosa, o México foi pego na armadilha do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) – um acordo entre países desiguais que não favorece nem o povo mexicano nem o povo norte-americano, mas somente uma elite, principalmente nos Estados Unidos. O México parece condenado

a ter uma moeda sobrevalorizada enquanto permanecer associado aos Estados Unidos. Toda a indústria manufatureira do México está sendo gradualmente transformada em uma grande *maquiladora*. No Brasil, sob o segundo governo Lula, há sinais de mudança na direção correta, mas a política macroeconômica baseada em ajuste fiscal frouxo, altas taxas de juros e moeda sobrevalorizada continua existindo. Dos quatro países BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), o Brasil é o que cresce mais lentamente. Apesar dos elevados preços das commodities exportadas pelo Brasil, a sobrevalorização do real trouxe de volta o déficit em conta corrente e não há garantia de que as modestas taxas de crescimento atuais serão mantidas. Desde 2004, a taxa de crescimento do Brasil tem melhorado em razão dos altos preços das commodities que ele exporta. Mas a política macroeconômica permanece subordinada à ortodoxia convencional, na medida em que uma coalizão política entre rentistas de juros, setor financeiro e interesses externos usa o medo generalizado da inflação para justificar taxas de juros incrivelmente altas e uma taxa de câmbio sobrevalorizada. Não pode ser descartada a volta ao poder de uma coalizão política desenvolvimentista, constituída de empresários da indústria de transformação, burocracia pública e classe trabalhadora. O Partido dos Trabalhadores de Lula está mais próximo dessa coalizão política alternativa do que da coalizão rentista e financeira. Mas talvez falte ao atual governo a coragem necessária para mudar a política. Provavelmente, será necessária uma nova crise do balanço de pagamentos para convencer as elites de que a ortodoxia convencional é uma pseudo-ortodoxia que interessa apenas aos países ricos. Entre os países latino-americanos, só a Argentina adotou uma estratégia que se aproxima do novo-desenvolvimentismo. A Argentina provavelmente aprendeu com sua crise da moratória da dívida em 2001 e tem conseguido manter seu orçamento fiscal equilibrado, sua taxa de juros moderada e sua taxa de câmbio competitiva. A neutralização da doença holandesa por meio dos impostos de exportação (*retenciones*) é correta, mas enfrenta forte oposição interna. Por outro lado, o Norte está pressionando a Argentina para controlar a inflação apreciando o peso. É cedo demais para prever se os argentinos conseguirão realmente sustentar suas atuais taxas de crescimento elevadas. O Chile é um caso especial. Durante os anos 1990, ele foi o único país latino-americano que impôs controles sobre os ingressos de capital e, assim, manteve sua taxa de câmbio competitiva, neutralizando a doença holandesa. Mas no início da década de

2000, o Chile assinou um acordo bilateral com os Estados Unidos que reduziu o espaço de suas políticas. Vários outros países latino-americanos elegeram líderes políticos nacionalistas e de esquerda, mas suas chances de sucesso são limitadas, porque se trata de países pobres, caracterizados por nações fracas e Estados igualmente fracos.

A crise enfrentada pelo capitalismo desde 2007 é financeira e econômica, mas suas causas também são políticas e morais. A causa imediata da crise foi a falência dos bancos norte-americanos como resultado da incapacidade das famílias de pagarem suas hipotecas. Em um mercado financeiro cada vez mais desregulamentado, essas hipotecas foram crescendo de modo descontrolado porque os bancos confiavam em inovações financeiras que lhes permitiam reembalar os títulos e valores mobiliários pertinentes de tal maneira que os novos pacotes pareciam mais seguros a seus compradores do que os empréstimos originais. Quando a fraude foi exposta e os bancos faliram, a confiança dos consumidores e das empresas, que já estava profundamente abalada, acabou entrando em colapso, e eles buscaram proteção evitando o consumo e o investimento. Além disso, à medida que os bancos também perdiam confiança, materializou-se um encolhimento do crédito. Em consequência, a demanda agregada caiu verticalmente em toda parte e a turbulência, que se limitava inicialmente ao setor bancário, tornou-se uma crise econômica.

Essa é uma explicação razoável, mas tendo em vista que a questão da confiança está em seu núcleo, pergunto: será que a confiança foi perdida como resultado apenas de razões econômicas – da dinâmica do ciclo econômico ou da natureza intrinsecamente instável do capitalismo – ou existe uma questão política e moral escondida na raiz da crise? É verdade que o sistema econômico capitalista é inerentemente instável, mas no decorrer do século XX, desenvolvemos uma série de instituições que deveriam, segundo todas as expectativas, mitigar substancialmente a gravidade das crises. Os “30 Anos de Ouro do capitalismo” após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945-1975) – a época do novo Estado de bem-estar social e da macroeconomia keynesiana – confirmaram essa previsão: as crises realmente diminuíram em frequência e intensidade, as taxas de crescimento econômico aumentaram e a desigualdade econômica se reduziu.

Nas últimas três décadas, entretanto – os anos da hegemonia neoliberal e da criação de riqueza fictícia –, as taxas de crescimento se reduziram, a

renda se concentrou nas mãos dos 2% mais ricos da população e a instabilidade financeira cresceu em toda parte, culminando na crise global de 2008 – uma crise infinitamente mais grave do que a modesta desaceleração econômica combinada com inflação que marcou o final dos 30 anos gloriosos. Apesar da confusão entre neoliberalismo e liberalismo (uma ideologia importante e necessária) e entre neoliberalismo e conservadorismo (uma posição política digna de respeito), essa ideologia não é liberal nem conservadora, mas se caracteriza por um individualismo feroz e imoral. Enquanto o liberalismo foi originalmente a ideologia de uma classe média burguesa contra uma oligarquia de proprietários e militares e contra um Estado autocrático, o neoliberalismo, que se tornou dominante no último quarto do século XX, é uma ideologia dos ricos contra os pobres e trabalhadores e contra um Estado democrático e social. Enquanto os liberais e conservadores autênticos são também “republicanos” (assim como os socialistas e os ambientalistas), ou seja, nutrem a crença no interesse público ou no bem comum e sustentam a necessidade de virtudes cívicas para garanti-los, os neoliberais negam a noção de interesse público, aderem a um individualismo que justifica tudo, transformam a mão invisível em uma caricatura e encorajam cada um a lutar por seus interesses individuais, pois os interesses coletivos estarão assegurados pelo mercado e pela lei. A lei, por sua vez, deve liberalizar tudo. Qual é o novo papel atribuído ao Estado? Em vez de se identificar com a própria lei, ele é reduzido à organização burocrática que deve aplicar a lei, e mesmo essa função não é desempenhada corretamente. E a finalidade do Estado? Segundo a visão neoliberal, é a de ser um mero “regulador”, enquanto, em uma demonstração de “duplifalar” orwelliano, essa ideologia dominante defendia a desregulamentação geral. Nesse processo cultural perverso, o fato de a teoria econômica neoclássica adotar um método hipotético-dedutivo transformou-se em uma metaideologia – em um pacote de ideias “científico” e “matemático” que legitima um individualismo ou neoliberalismo “linha-dura”.

A confiança, portanto, não foi perdida apenas por razões econômicas. Além de desregular os mercados, a hegemonia neoliberal corrompeu os padrões morais da sociedade. A virtude e a cidadania foram esquecidas, ou mesmo ridicularizadas, em nome do princípio abrangente da economia de mercado. Os bônus de desempenho passaram a ser o único incentivo legítimo ao desempenho. Os escândalos corporativos se multiplicaram. O suborno de servidores

públicos e de políticos passou a ser uma prática generalizada. Eles, por sua vez, adaptaram-se aos novos tempos, “confirmando”, assim, a afirmação da teoria da escolha pública de que ignoram o interesse público e fazem compensações entre a busca de rendas e serem eleitos (políticos) ou promovidos (burocratas públicos). Em lugar de ver o Estado como o principal instrumento de ação social coletiva, como a expressão da racionalidade institucional que cada sociedade atinge em seu respectivo estágio de desenvolvimento e como guardião legal da moralidade, a sociedade começou a vê-lo como uma organização de funcionários e políticos corruptos. Com base nesse reducionismo político, o Estado e a Lei foram desmoralizados, o papel dos valores se reduziu e uma nova latitude foi dada aos ganhos fáceis. Não é por acaso que o livro de John Kenneth Galbraith de 2004 tem o título *The Economics of Innocent Fraud* [A Economia das Fraudes Inocentes]. Comparado a outra obra do mesmo autor, *American Capitalism: The Concept of Countervailing Power* (1952) [Capitalismo Norte-americano: O Conceito do Poder Compensatório], este último livro escrito pelo grande economista, que faleceu pouco depois, aos 97 anos, dá uma noção do declínio dos padrões éticos nos últimos 30 anos. Enquanto eu escrevia este livro, estava concentrado em criticar os males do neoliberalismo e de sua metaideologia – o pensamento econômico convencional garantindo legitimidade “científica” a essa ideologia – em relação aos países de renda média. A grande crise atual, porém, recaiu sobre os países ricos. Esse efeito bumerangue é lamentável, não apenas porque atinge os pobres nos países ricos, mas porque acabará prejudicando a todos em toda parte. Essa crise, porém, representa também uma oportunidade para os economistas revisarem sua ciência e construir uma teoria econômica mais histórica e mais prática, e – o que é mais importante – para os cidadãos e políticos se unirem no Estado democrático com o objetivo de reformar o capitalismo – buscando organizar a sociedade no sentido do desenvolvimento econômico, político, social e sustentado.